

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA
CERJ – COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO RIO DE JANEIRO

Pelo presente instrumento particular, de um lado, como emissora,

a. CERJ - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO RIO DE JANEIRO, sociedade por ações com sede na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Leoni Ramos, nº 01, inscrita no CNPJ sob o nº 33.050.071/0001-58, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Emissora");

e, de outro lado, como agente fiduciário,

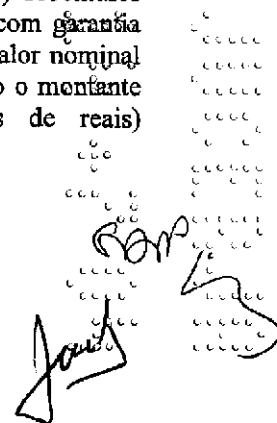
b. OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu contrato social, ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 2ª emissão debêntures da Emissora ("Debenturistas") e, individualmente, ("Debenturista"), sendo que a Emissora e o Agente Fiduciário serão doravante denominados ("Partes", quando no plural e "Parte", quando no singular.

Vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples da CERJ – Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro" (respectivamente, "Escritura de Emissão"), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas.

Cláusula I
AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com as seguintes autorizações:

1.1.1 Assembléia Geral Extraordinária da Emissora, realizada no dia 29 de abril de 2004 ("AGE"), nos termos do artigo 22 de seu Estatuto Social, que aprovou a 2ª emissão ("2ª Emissão"), em série única, de 29.400 (vinte e nove mil e quatrocentas) debêntures simples (não conversíveis em ações) da espécie com garantia flutuante, e com garantia adicional de penhor, todas nominativas e escriturais, pela Emissora, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na data de sua emissão, perfazendo o montante total de R\$294.000.000,00 (duzentos e noventa e quatro milhões de reais) ("Debêntures"); e

Handwritten signature and a circular stamp with illegible text.

1.1.2 Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada no dia 1º de junho de 2004 ("RCA"), nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do artigo 22, parágrafo primeiro de seu estatuto social, que aprovou determinados termos e condições da 2ª Emissão;

Cláusula II REQUISITOS

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários e ANBID

2.1.1. A oferta pública de distribuição das debêntures a serem emitidas na 2ª Emissão ("Debêntures") será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma prevista na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei das Sociedades por Ações, bem como nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e na Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID"), nos termos do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários ("Código ANBID").

2.2. Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária e da Reunião do Conselho de Administração

2.2.1. A ata da AGE que aprovou a 2ª Emissão foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), tendo sido publicada pela Emissora na edição de 23 de junho de 2004 dos jornais Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Jornal do Commercio e O Fluminense.

2.2.2. A ata da RCA que aprovou determinadas condições da 2ª Emissão foi devidamente arquivada na JUCERJA, tendo sido publicada pela Emissora na edição de 23 de junho de 2004 dos jornais Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Jornal do Commercio e O Fluminense.

2.3. Inscrição da Escritura de Emissão

2.3.1. A presente Escritura de Emissão será inscrita na JUCERJA, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro para Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para negociação, no mercado primário, por meio do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP") e, no mercado secundário, no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

Cláusula III
CARACTERÍSTICAS DA 2ª EMISSÃO

3.1. Séries

3.1.1. A 2ª Emissão será realizada em 1 (uma) única série.

3.2. Montante Total da 2ª Emissão

3.2.1. O montante total da 2ª Emissão será de R\$294.000.000,00 (duzentos e noventa e quatro milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida no item 4.1 abaixo), conforme item 3.3 abaixo.

3.3. Quantidade total de Debêntures e Montante Mínimo de Colocação

3.3.1. Serão emitidas 29.400 (vinte e nove mil e quatrocentas) Debêntures.

3.3.2. Conforme aprovado na AGE, deverão ser colocadas, no mínimo, 27.000 (vinte e sete mil) Debêntures, perfazendo o montante de R\$270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de reais), para que seja mantida a oferta das Debêntures.

3.4. Destinação dos Recursos

3.4.1. Os recursos líquidos obtidos por meio da 2ª Emissão serão utilizados para pagamento das dívidas que a Emissora possui com (a) os seguintes coordenadores da 2ª Emissão, cujos valores em 31 de março de 2004 eram de aproximadamente: (i) Banco Bradesco S.A.: R\$77 milhões; (ii) Banco Citibank S.A.: R\$51 milhões; (iii) Banco Itaú BBA S.A.: R\$60 milhões; (iv) Banco ABN Amro Real S.A.: R\$29 milhões (equivalentes a US\$10 milhões, utilizando a taxa de câmbio de R\$2,9086 por dólar norte-americano); e (v) Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.: R\$10 milhões e (b) com o Citibank N.A., cujo valor em 31 de março de 2004 era de aproximadamente R\$24 milhões (equivalente a US\$8,3 milhões, utilizando a taxa de câmbio de R\$2,9086). O eventual saldo remanescente será utilizado para reforço de capital de giro.

3.4.2. Caso haja distribuição parcial das Debêntures, sendo, portanto, captados recursos em montante inferior ao montante total mencionado no item 3.2.1 acima, a Emissora poderá buscar os recursos faltantes por meio de outras formas de financiamento junto às instituições financeiras com a qual mantém relações de crédito.

3.5. Limite da 2ª Emissão

3.5.1. A 2ª Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que (a) o capital social integralizado da Emissora nesta data é de R\$1.625.424.306,38 (um bilhão, seiscentos e vinte e cinco milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, trezentos e seis reais e trinta e oito centavos), (b) as debêntures conversíveis em ações da 1ª emissão da Emissora não se encontram em circulação, tendo sido

integralmente convertidas em ações da Emissora e (c) não ultrapassa o limite legal previsto no artigo 60, parágrafo 1º, "b", da Lei das Sociedades por Ações para as Debêntures com garantia flutuante, conforme tabela abaixo:

Posição Consolidada em 31 de março de 2004	R\$ milhões
Emissão	294,0
Ativo Total	4.224,4
Ativo Vinculado à Concessão (*)	1.606,9
Total das Dívidas Garantidas por Ativos Reais	613,4
Dívidas com o Citibank Garantidas por Penhor Rotativo	77,0
Outras dívidas Garantidas por Ativos Reais	536,4
Ativo Total <i>menos</i> Ativo Vinculado à Concessão <i>menos</i> Dívidas Garantidas por Direitos Reais	2.004,1
Montante da Oferta sobre Ativo Total <i>menos</i> Ativo Vinculado à Concessão <i>menos</i> Dívidas Garantidas por Direitos Reais	14,7%

(*)A Companhia é uma concessionária de serviços públicos e, portanto, todos os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica (bens vinculados à concessão) não poderão ser objeto de execução para satisfazer as obrigações relativas às Debêntures, salvo com autorização expressa da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme no montante de R\$272.400.000,00 (duzentos e setenta e dois milhões e quatrocentos mil reais), e de melhores esforços no montante de R\$21.600.000,00 (vinte e um milhões e seiscentos mil reais), com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação, no mercado primário, por meio do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os coordenadores, com expressa anuência da Emissora, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo instituições financeiras, e levarão em conta principalmente a relação de crédito existente entre a Emissora e essas instituições financeiras. Após serem atendidas tais instituições financeiras, as Debêntures serão ofertadas a investidores institucionais brasileiros em geral.

3.6.2. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro das Debêntures pela CVM, a publicação do anúncio de início de distribuição e a disponibilização do prospecto definitivo aos investidores, nos termos da Instrução CVM nº 400/03.

3.6.3. As Debêntures não colocadas durante o prazo de distribuição pública, que estejam sob regime de colocação de melhores esforços, serão canceladas pela Emissora, por meio da celebração de um aditivo à presente Escritura de Emissão.

3.7. Banco Mandatário

3.7.1 O Banco Citibank S.A. será o banco mandatário da Emissora perante o SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP ("Banco Mandatário").

3.8. Instituição Escriuturadora

3.8.1 O Banco Bradesco S.A. será também a instituição escrituradora das Debêntures ("Instituição Escriuturadora").

Cláusula IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 2ª EMISSÃO

4.1. Data de Emissão

4.1.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01 de junho de 2004 ("Data de Emissão").

4.2. Forma de Subscrição e Prazo de Integralização

4.2.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração (conforme definidos abaixo), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.2.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. A liquidação financeira das Debêntures está descrita no item 4.22 desta Escritura de Emissão.

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal").

4.4. Negociação

4.4.1. As Debêntures serão registradas para negociação, no mercado primário, por meio do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e, no mercado secundário, por meio do SND, também administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

4.5. Conversibilidade e Forma

4.5.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, e terão a forma nominativa escritural.

4.5.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Escriuradora. Adicionalmente, será expedido pelo SND o relatório de posição de ativos, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela Instituição Escriuradora.

4.6. Espécie

4.6.1. As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante.

4.7. Garantias Adicionais

4.7.1. As Debêntures terão ainda garantia adicional de penhor sobre (a) todos os direitos contra as determinadas instituições financeiras e bens em posse dessas instituições, conforme contratos de arrecadação e cobrança celebrados com elas ("Agentes Arrecadadores/Cobreadores"), em decorrência do pagamento, por qualquer meio, aos Agentes Arrecadadores/Cobreadores dos direitos creditórios oriundos da comercialização de energia elétrica pela Emissora, no desempenho regular de suas atividades comerciais, em trânsito ou em processo de compensação bancária ("Produto da Arrecadação/Cobrança"), incluindo quaisquer montantes oriundos do Produto da Arrecadação/Cobrança eventualmente depositados em contas da Emissora mantidas perante os Agentes Arrecadadores/Cobreadores, e em decorrência de quaisquer investimentos ou aplicações de recursos oriundos do Produto da Arrecadação/Cobrança, ou produtos de tais investimentos ou aplicações, dos recursos mencionados neste item (a), bem como o penhor sobre tais investimentos, aplicações, quotas de fundos ou produtos bancários, e (b) direitos de crédito da Emissora perante o Banco Mandatário em decorrência de conta especialmente aberta no Banco Mandatário para acolher transferências feitas pela Emissora e/ou por tais bancos arrecadadores e/ou cobreadores (e investimentos correspondentes), de forma a garantir um fluxo mensal mínimo nunca inferior a 125% (cento e vinte e cinco por cento) da maior parcela mensal remanescente de principal e juros a ser paga até o integral pagamento das Debêntures, conforme disposto no contrato de penhor entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Mandatário datado de 05 de julho de 2004 (respectivamente "Garantia Adicional" e "Contrato de Penhor"), o qual constitui parte integrante e inseparável da presente Escritura de Emissão, como seu Anexo I. O Contrato de Penhor foi devidamente registrado nos cartórios de títulos e documentos das Cidades de Niterói e do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A concessão da Garantia Adicional foi aprovada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, conforme Ofício nº 1027/2004-SFF/ANEEL de 28 de junho de 2004. O Produto da Arrecadação/Cobrança de determinados Agentes Arrecadadores/Cobreadores (quais sejam, HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo e o Lemon Bank Banco Múltiplo S.A.) já está empenhado em favor do Citibank N.A. e do Banco Citibank S.A. ("Penhor Constituído em favor do Citibank"), conforme "Contrato de Penhor", de 07 de maio de 2003, e respectivos aditamentos, para garantir as obrigações decorrentes dos seguintes contratos: (a) "Contrato de Repasse de Recursos Captados no Exterior", de 07 de maio de 2003, e respectivos aditamentos, inclusive operações de "swap" relacionadas a este

contrato; (b) “Contrato de Empréstimo”, de 02 de janeiro de 2004, e respectivos aditamentos; e (c) “Contrato de Empréstimo”, de 02 de fevereiro de 2004, e respectivos aditamentos (“Obrigações Garantidas do Citibank”), devendo ser extinto tão logo sejam cumpridas todas as Obrigações Garantidas do Citibank, que, em 31 de março de 2004, totalizavam aproximadamente R\$75 milhões, nos termos do artigo 1.436 do Código Civil, por meio do pagamento que a Emissora realizará utilizando os recursos obtidos com a subscrição das Debêntures, conforme alínea (o) do item 5.1 desta Escritura de Emissão, os quais são suficientes para a quitação das Obrigações Garantidas do Citibank, já contempladas na destinação dos recursos da Emissão prevista no item 3.4 acima.

4.8. Prazo e Vencimento

4.8.1. O prazo das Debêntures é de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 01 de junho de 2007 (“Data de Vencimento”), ocasião em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento do valor principal das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação, pelo seu saldo não amortizado do Valor Nominal (“Saldo do Valor Nominal”), acrescido da Remuneração de que trata o item 4.9 abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da última Data de Pagamento de Remuneração, até a data de seu efetivo pagamento, conforme definida no item 4.9.2 abaixo.

4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Saldo do Valor Nominal, equivalentes à taxa média dos depósitos interfinanceiros (“Taxa DI”) de um dia, “over” extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou na falta deste, em outro jornal de grande circulação, acrescida exponencialmente de “spread” de 4% a.a. (quatro por cento ao ano), de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VN \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

J = valor dos juros, acrescido de “spread”, devidos no final de cada Período de Pagamento de Juros, conforme definido abaixo, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VN = Saldo do Valor Nominal da Debênture no início do Período de Pagamento de Juros, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido do “spread”, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (Fator DI \times Fator Spread)$$

onde:

Fator DI = Produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a Data de Pagamento de Juros (conforme definida abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo "nDI" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI "over" média extra grupo, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, sendo

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI "over" média extra grupo divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil ("overnight"), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator "Spread" = sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$FatorSpread = \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}}$$

onde,

"Spread" = 4 (quatro inteiros) ao ano;

n = número de dias úteis do período de "Período de Pagamento de Juros", sendo "n" um número inteiro.

4.9.2. A Remuneração será paga trimestralmente, a partir da Data de Emissão e mensalmente, a partir do 13º (décimo-terceiro) mês (01 de julho de 2005), inclusive, a contar da Data de Emissão (cada data de pagamento da Remuneração, uma "Data de

Pagamento de Remuneração”), sendo que a Data de Pagamento de Remuneração após o 13º (décimo-terceiro) mês (01 de julho de 2005), inclusive, deverá coincidir com a data da amortização do principal, conforme item 4.11 abaixo.

4.9.3. O período de pagamento da Remuneração (“Período de Pagamento de Juros”) é, para o primeiro Período de Pagamento de Juros, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina no dia imediatamente anterior à primeira Data de Pagamento de Remuneração, ou seja, 01 de setembro de 2004, e, para os demais Períodos de Pagamento de Juros, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento de Remuneração, inclusive, e termina no dia imediatamente anterior à Data de Pagamento de Remuneração subsequente.

4.9.4. Cada Período de Pagamento de Juros sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.5. Se, na data de vencimento de quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não-divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

4.9.6. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou de divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures, por previsão legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, convocar Assembléia Geral de Debenturistas (conforme o disposto no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora.

4.9.7. Caso, durante a Assembléia Geral de Debenturistas, prevista no item 4.9.6, não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo Saldo do Valor Nominal acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último. Para fins de cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem adquiridas nos termos deste item, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.10. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.11. Amortização

4.11.1. O Valor Nominal das Debêntures será pago em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, a partir do 13º (décimo-terceiro) mês (01 de julho de 2005), inclusive, a contar da Data de Emissão, sendo 23 (vinte e três) amortizações no valor de R\$416,66 (quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos) por Debênture e a última amortização no valor de R\$416,82 (quatrocentos e dezesseis reais e oitenta e dois centavos) por Debênture.

4.12. Resgate Antecipado Facultativo

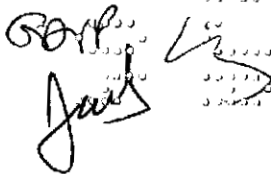
4.12.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, mediante notificação aos Debenturistas com 15 (quinze) dias de antecedência, promover o resgate antecipado parcial ou total das Debêntures em circulação pelo Saldo do Valor Nominal acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração ("Valor de Resgate"), conforme o caso, até a data do efetivo resgate. Adicionalmente, a Emissora deverá pagar um prêmio de 1% (um por cento) calculado sobre o Valor de Resgate, observado o disposto no artigo 55, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações.

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2. e 4.13.3. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Saldo do Valor Nominal acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extra-judicial à Emissora, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos, os quais a Emissora reconhece desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela Emissora relativamente às Debêntures:

(a) pedido de concordata, decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de auto-falência da Emissora e/ou de seus atuais controladores diretos ou indiretos;

(b) protesto legítimo de títulos líquidos, certos e exigíveis, contra a Emissora, cujo valor agregado devido e não pago ultrapasse R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), salvo (i) se o protesto vier a ser comprovadamente efetuado por erro ou má-fé de terceiros, ou se for susinado ou cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis de sua ocorrência, ou (ii) protestos relativos a pagamentos de compras de energia e encargos do sistema, objetos de discussão legítima seja junto a órgãos regulatórios ou cu

Handwritten signatures and stamps, including a large signature and several circular stamps, likely representing official approvals or legal attestations.

na esfera judicial, sendo certo que, caso solicitado pelo Agente Fiduciário, a Emissora deverá comprovar, em caso de discussão na esfera judicial, que possuía recursos em caixa suficientes para o pagamento do título em questão;

(c) vencimento antecipado de qualquer outra obrigação líquida, certa e exigível da Emissora de valor igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou equivalente em outras moedas, salvo se tal vencimento antecipado ocorrer comprovadamente por erro ou má-fé de terceiros. A Emissora terá um prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da declaração de vencimento antecipado, para curar os efeitos do vencimento antecipado, inclusive "cross default", ou extinguir a pendência original. Não sendo evitado seus efeitos nem extinta a pendência original, neste prazo, as obrigações referentes às Debêntures permanecerão vencidas antecipadamente na forma desta Cláusula 4.13, surtindo todos os efeitos da declaração de vencimento antecipado. Tendo sido evitados tais efeitos ou extinta a pendência no referido prazo, as obrigações referentes às Debêntures deixarão de estar vencidas na forma desta Cláusula 4.13 (condição resolutiva);

(d) ocorrência de qualquer alteração na composição societária que venha a resultar na perda ou cessão do controle acionário direto ou indireto da Emissora, não se estendendo tal hipótese àquelas operações de transferência ou alienação de ações entre sociedades do mesmo grupo econômico, desde que o controle indireto e final da Emissora permaneça o mesmo;

(e) fusão envolvendo a Emissora, ou a sua cisão ou a sua incorporação, exceto se a operação for previamente aprovada pelos debenturistas, nos termos previstos no "caput" do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações e do item 7.6 abaixo, ou for garantido aos Debenturistas o resgate das Debêntures de que forem titulares, nos termos dos parágrafos primeiro e segundo do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações e do item 4.21 desta Escritura de Emissão;

(f) ocorrência de mudança na condição financeira ou nas perspectivas de negócios da Emissora que objetivamente afete ou possa afetar, de maneira significativa e adversa, a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações relativamente às Debêntures;

(g) intervenção na concessão de serviço público do qual a Emissora é titular, extinção ou qualquer outra forma de limitação ou perda pela Emissora da referida concessão, bem como a perda ou a revogação de qualquer outra autorização necessária e essencial para continuidade das suas atividades;

(h) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada à 2ª Emissão;

(i) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não-pecuniária relacionada à 2ª Emissão assumida na presente Escritura de Emissão (exceto pela obrigação prevista na sua alínea (o) do item 5.1), no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação,

Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, da Espécie com Garantia Flutuante e com Garantia Adicional, sob Regime de Garantia Firme e de Melhores Esforços da 2ª Emissão, em Série Única, datado de 05 de julho de 2004 ("Contrato de Distribuição"), e no Contrato de Penhor, e desde que tais descumprimentos não sejam sanados dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis contados de aviso escrito enviado à Emissora pelo Agente Fiduciário;

(j) pagamento aos acionistas da Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou sob forma de juros sobre capital próprio, acima daqueles previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Emissora;

(k) pagamento de principal e/ou juros de qualquer Empréstimo *Intercompanies*, durante todo o prazo das Debêntures, excetuando-se os pagamentos de principal e juros dos empréstimos já contratados relacionados abaixo:

1.1 Dívida entre a Endesa Internacional Ltda. (credora) e a Emissora (devedora), conforme contrato celebrado em 10 de julho de 2002, no valor histórico de R\$3.737.046,08 (três milhões, setecentos e trinta e sete mil e quarenta e seis reais e oito centavos), atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - IGPM e com juros de 12% a.a. (doze por cento) ao ano a título de remuneração;

Os pagamentos de principal, juros e/ou outros encargos relacionados a este empréstimo somente poderão ser efetuados nas mesmas épocas e datas de pagamento de principal, juros e/ou encargos das Debêntures, conforme o caso, sendo certo, ainda, que o pagamento de principal do acima mencionado empréstimo somente poderá ser efetuado na mesma proporção de pagamento do principal das Debêntures (*Pari Passu*). As taxas de juros e/ou os montantes dos demais encargos vigentes neste empréstimo permanecem inalterados;

1.2 Dívida entre a Luz de Rio Ltda. (credora) e a Emissora (devedora), conforme contrato celebrado em 10 de julho de 2002, no valor histórico de R\$13.309.858,13 (treze milhões, trezentos e nove mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e treze centavos), atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - IGPM e com juros de 12% a.a. (doze por cento) ao ano a título de remuneração;

Os pagamentos de principal, juros e/ou outros encargos relacionados a este empréstimo somente poderão ser efetuados nas mesmas épocas e datas de pagamento de principal, juros e/ou encargos das Debêntures, conforme o caso, sendo certo, ainda, que o pagamento de principal do acima mencionado empréstimo somente poderá ser efetuado na mesma proporção de pagamento do principal das Debêntures (*Pari Passu*). As taxas de juros e/ou os montantes dos demais encargos vigentes neste empréstimo permanecem inalterados;

Handwritten signatures and initials, including "GOM" and "Jau", along with a large handwritten "5" and a circular stamp.

1.3 Empréstimo de mútuo entre a Investluz S.A. (credora) e a Emissora (devedora), contratado em 04 de julho de 2003, no valor de principal de R\$55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais) e juros equivalentes a 115% (cento e quinze por cento) da Taxa DI, a título de remuneração;

1.4 Empréstimo de mútuo entre a Investluz S.A. (credora) e a Emissora (devedora), contratado em 25 de novembro de 2003, no valor de principal de R\$16.836.755,00 (dezesseis milhões, oitocentos e trinta e seis mil, setecentos e cinquenta e cinco reais) e juros equivalentes a 115% (cento e quinze por cento) da Taxa DI, a título de remuneração;

(l) Celebração de novos Empréstimos *Intercompanies* que resultem para a Emissora em fluxo financeiro de saída (seja por meio de mútuos da Emissora para qualquer empresa do grupo Endesa – existente ou a ser constituída -, ou mútuo que a Emissora já tenha registrado – ou venha a receber -, pelo qual se espere que a Emissora pague juros), durante todo o prazo das Debêntures, excetuando-se aqueles cuja data(s) de pagamento de principal, juros e/ou outros encargos, que signifique fluxo financeiro de saída, seja(m) posterior(es) ao cumprimento de toda e qualquer obrigação relacionada às Debêntures;

(m) Redução de capital da Emissora e/ou recompra de ações da Emissora, exceto se previamente autorizada pelos debenturistas, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações e do item 7.6 desta Escritura de Emissão;

(n) Não-manutenção dos seguintes índices financeiros, os quais serão calculados trimestralmente com base na consolidação “pro-forma” das demonstrações financeiras da Emissora com a sua subsidiária Cerj Overseas Ltd. (enquanto ela existir e/ou for subsidiária integral da Emissora), a partir das quais a Emissora calculará os índices financeiros, que serão revisados por auditor independente:

n.1) O índice obtido da divisão da Dívida Financeira pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser superior aos valores indicados na tabela abaixo, nos respectivos anos:

Anos	Índices
2004	2,75 vezes
2005	2,75 vezes
2006	2,5 vezes
2007	2,5 vezes

Onde:

“Dívida Financeira” significa o saldo de dívidas bancárias, incluindo empréstimos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou agências multilaterais, obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos funcionários da Emissora, não considerando para tal definição o cálculo atuarial, acrescido de despesas líquidas com operações de *hedge*, dívida com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, dívida com as Debêntures, e mútuos com partes relacionadas, excluindo deste

cálculo RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária, CVA – Conta de Compensação de Variação de Custos da parcela “A” e energia livre; e

“EBITDA” significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora antes da contribuição social e imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados não operacionais, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, depreciação e amortização, definição esta na forma usualmente aceita pelos princípios contábeis brasileiros.

n.2) O índice obtido, trimestralmente, da divisão do EBITDA pelos Juros (conforme definidos abaixo) não deverá ser inferior aos valores indicados na tabela abaixo, nos respectivos anos.

Anos	Índices
2004	2,0 vezes
2005	2,0 vezes
2006	3,0 vezes
2007	3,0 vezes

Onde:

“Juros” significam, tendo em vista apenas os efetivamente desembolsados, os juros de dívida bancária (incluindo juros devidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a agências multilaterais), acrescido de juros pagos ao fundo de pensão e parcela “caixa” da variação monetária e cambial, mais as despesas líquidas de “hedge”, com efeito caixa, mais os juros pagos às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, mais os juros pagos das Debêntures, mais os juros efetivamente pagos por conta de mútuos com partes relacionadas deduzidos de eventuais juros recebidos de partes relacionadas – por conta dos Empréstimos *Intercompanies* registrados no ativo da Emissora- no trimestre em questão. Estão excluídos deste cálculo (i) os juros efetivamente desembolsados por conta de: RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária e CVA - Conta de Compensação de Variação de Custos da parcela “A”, e também as despesas oriundas de provisões (que não tiveram impacto no caixa, mas apenas registro contábil) e (ii) toda e qualquer receita financeira.

n.3) O índice obtido da divisão da Dívida de Curto Prazo (conforme definida abaixo) pelo EBITDA não deverá ser superior aos valores indicados na tabela abaixo, nos respectivos anos.

Anos	Índices
2004	1,79 vezes
2005	1,51 vezes
2006	1,13 vezes
2007	1,00 vez

Onde:

“Dívida de Curto Prazo” significa a dívida bancária de curto prazo, acrescida da parcela corrente das dívidas de longo prazo (incluindo parcela corrente das Debêntures e parcelas devidas ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a agências multilaterais), mais a parcela corrente das obrigações com fundo de pensão, não considerando para tal definição o cálculo atuarial, mais o passivo somado com o ativo de *hedge* (registrado no curto prazo e desde que tenham efeito caixa no período de apuração), mais a parcela corrente da dívida com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, mais a parcela corrente dos mútuos com partes relacionadas, apuradas trimestralmente com base nas informações trimestrais auditadas ou revisadas, conforme o caso, da Emissora. Não entram também neste cálculo: parcela corrente de RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária, CVA - Conta de Compensação de Variação de Custos da parcela “A”, conforme definido pela regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e energia livre.

Os cálculos referentes à anualização do EBITDA e Juros descritos nesta alínea devem ser feitos da seguinte forma: (i) o primeiro cálculo (o qual será realizado em junho de 2004) utilizará como base os valores apurados nos seis primeiros meses de 2004 (até 30 de junho de 2004) multiplicados por 2 (de forma a se ter valores “pro-forma” que reflitam 12 meses de operação da Emissora); (ii) o segundo cálculo (o qual será realizado em setembro de 2004) utilizará como base os valores apurados nos nove primeiros meses de 2004 (até 30 de setembro de 2004), os quais serão divididos por 3 e multiplicados por 4 (de forma a se ter valores “pro-forma” que reflitam 12 meses de operação da Emissora); e (iii) os demais cálculos trimestrais desses índices financeiros serão apurados com base nos valores referentes aos quatro últimos trimestres.

(o) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;

(p) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição, ou qualquer informação do prospecto de emissão que afete de forma adversa as Debêntures; e

(q) não extinção do Penhor Constituído em favor do Citibank, conforme prevista na alínea (o) do item 5.1 desta Escritura de Emissão e no item (c) da Cláusula 2 do Contrato de Penhor.

4.13.2. Para efeitos do cálculo dos “Juros”, conforme definido na alínea “n.2” do item 4.13.1 acima, não serão considerados nas despesas líquidas de “hedge”, com efeito caixa, os resultados dos “hedges” provenientes das notas de negociação n.ºs 219300190015 (11 de julho de 2002), 220700290001 (25 de julho de 2002), 220700340001 (26 de julho de 2002), 221100190001 (30 de julho de 2002), todas relacionadas com o Instrumento Particular de Contrato para a Realização de Operações de “Swap” e Outras no Mercado de Derivativos e Outras Avenças” celebrado com o Citibank em 26 de abril de 2001 e nota de negociação n.º 01G09424 (24 de julho de 2001) do Anexo I do Instrumento

Handwritten signature and initials, possibly reading 'GOM' and 'Jau'.

Particular de Contrato de "Swap" e Outras Avenças celebrado com o Deutsche Bank S.A.
– Banco Alemão em 16 de fevereiro de 2000.

4.13.3. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas "a", "c" "d", "e", "g", "h" e "o" acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas demais alíneas do item 4.13.1 acima, quais sejam, as alíneas "b", "f", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "p" e "q", o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 05 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.13.4. No que se refere às alíneas "b", "f", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "p" e "q", do item 4.13.1 acima, após a realização da Assembléia Geral de Debenturistas ou caso não haja deliberação em Assembléia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.13.2 acima, inclusive por não instalação desta, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o pagamento do que for devido, nos termos do item 4.14 abaixo, a menos que após a realização da Assembléia Geral de Debenturistas, mencionada no item 4.13.3 acima: (a) no caso das alíneas "b", "f", "i", "j", "k", "l", "m", "n" e "p" do item 4.13.1 acima, debenturistas que representem, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, conforme definido no item 7.7 abaixo, e (b) no caso da alínea "q" do item 4.13.1 acima, debenturistas que representem, pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, conforme definido no item 7.7 abaixo, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

4.14. Pagamento na Ocorrência de Vencimento Antecipado

4.14.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.13 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Saldo do Valor Nominal acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula IX desta Escritura de Emissão sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.17 abaixo. Nos termos da alínea (c) do item 4.13.1 acima, caso a Emissora cure os efeitos do vencimento antecipado das obrigações líquidas no prazo de 15 (quinze) dias úteis previsto em tal alínea, os recursos eventualmente recebidos nos termos deste item deverão ser imediatamente retornados à Emissora.

4.15. Local de Pagamento

4.15.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures

registradas no SND; ou, no caso de titulares de Debêntures que não sejam vinculados ao SND, (b) pelo Banco Mandatário, mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas.

4.16. Prorrogação dos Prazos

4.16.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.17. Encargos Moratórios

4.17.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitos a: (a) multa não compensatória de 2% (dois por cento); (b) juros moratórios à razão de 1% a.m. (um por cento ao mês); e (c) incidência da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Emissora.

4.18. Decadência do Direito aos Acréscimos

4.18.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.17 supra, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.19. Publicidade

4.19.1. Os anúncios de início e encerramento de distribuição das Debêntures serão publicados na edição nacional do jornal Valor Econômico.

4.19.2. Com exceção dos anúncios de início e de encerramento, todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses dos Debenturistas serão, obrigatoriamente, veiculados, na forma de avisos, nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, O Fluminense e na edição nacional do jornal Valor Econômico.

4.20. Fundo de Manutenção de Liquidez

4.20.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez das Debêntures.

4.21. Resgate em Caso de Incorporação, Fusão ou Cisão

4.21.1. A Emissora poderá realizar operações de incorporação, fusão ou cisão, sem a prévia aprovação dos debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto na Cláusula VII abaixo, se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das assembleias relativas à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares. Os Debenturistas que optarem por resgatar suas Debêntures deverão manifestar sua intenção, por escrito, ao Agente Fiduciário, que por sua vez terá o prazo de 1 (um) dia útil contado da data do recebimento de tal manifestação para comunicar a Emissora a respeito dessa decisão. A Emissora, por sua vez, deverá promover o resgate dessas Debêntures pelo Saldo do Valor Nominal acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, observado o disposto no artigo 55, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações. O prazo máximo para a realização do resgate pela Emissora é de 5 (cinco) dias contados do aviso enviado pelo Agente Fiduciário.

4.22. Liquidação Financeira das Debêntures

4.22.1. A liquidação financeira das Debêntures objeto de garantia firme dar-se-á até às 16:00 horas do último dia do prazo de colocação das Debêntures objeto de garantia firme (conforme sub-item (ii) da alínea (a) do item 4.1 do Contrato de Distribuição e da alínea (a) do item 4.5 do Contrato de Distribuição) por meio de depósito ou Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outros mecanismos de transferência equivalentes, ou ainda por qualquer outra forma definida entre cada instituição intermediária e a Emissora, em relação ao valor por eles obtido com a distribuição das referidas Debêntures, se for o caso, em conta-corrente a ser indicada, com antecedência de 2 (dois) dias úteis.

4.22.2. A liquidação financeira das Debêntures objeto de melhores esforços dar-se-á até às 16:00 horas do dia da efetiva subscrição e integralização das respectivas debêntures, por meio de depósito ou Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outros mecanismos de transferência equivalentes, em relação ao valor por eles obtido com a distribuição das referidas debêntures, se for o caso, em conta-corrente a ser indicada, com antecedência de 2 (dois) dias úteis.

Cláusula V

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora obriga-se a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

a.1) com a maior brevidade possível, qualquer informação que venha a lhe ser solicitada;

a.2) as informações veiculadas na forma prevista no item 4.19 acima, na mesma data em que forem publicadas;

Handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page.

a.3) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados no item 4.13 acima, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar de seu conhecimento;

a.4) cópia de suas demonstrações financeiras anuais completas, na mesma data em que forem entregues à CVM, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como das demonstrações financeiras trimestrais auditadas e/ou revisadas pelos auditores independentes, dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, e, em até 5 (cinco) dias úteis a partir da data em que forem entregues as demonstrações financeiras à CVM ou ao Agente Fiduciário, conforme o caso, relatório revisado pelos auditores independentes, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos índices financeiros previstos na alínea (n) do item 4.13.1 acima, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração de tais índices financeiros, bem como declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão; e

a.5) cópia de suas informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93 e suas alterações posteriores, na mesma data em que forem entregues à CVM e, dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs) e, até 30 de abril de cada ano, cópia de suas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), acompanhadas de parecer dos auditores independentes;

a.6) informar qualquer descumprimento de obrigação pecuniária;

(b) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta perante a CVM e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;

(c) convocar, nos termos da Cláusula VII, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;

(d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, relacionadas com as Debêntures, inclusive mediante envio de documentos, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas, devendo manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos investidores na forma exigida pela CVM;

(e) notificar imediatamente o Agente Fiduciário, observado, se for o caso, o disposto na Instrução CVM nº 358/01, sobre qualquer alteração substancial na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou, (ii) faça com que as suas

demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira;

(f) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos e que possam impactar de forma adversa tais negócios e ativos;

(g) preparar, em conjunto com a Instituição Líder da distribuição pública das Debêntures, todos os documentos necessários à obtenção do registro da 2ª Emissão perante a CVM;

(h) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, banco mandatário, instituição escrituradora e agente fiduciário, além do SND;

(i) manter válidos os seguros que sejam relevantes para as atividades da Emissora;

(j) manter sempre válidas as licenças, autorizações e a concessão para a exploração de suas atividades, objeto do contrato de concessão celebrado com a União;

(k) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir ao Agente Fiduciário acesso irrestrito:

k.1) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora; e

k.2) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembléia dos Debenturistas;

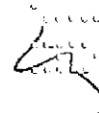
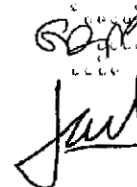
(l) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

(m) cumprir com as obrigações previstas no Contrato de Penhor, conforme definido no item 4.7.1. desta Escritura de Emissão;

(n) conduzir todas as operações com partes relacionadas de acordo com os padrões éticos que norteiam tais negócios; e

(o) extinguir o Penhor Constituído em favor do Citibank por meio do pagamento de todas as Obrigações Garantidas do Citibank até a data em que receber os recursos oriundos da subscrição de todas as Debêntures objeto de garantia firme, nos termos do Contrato de Distribuição ("Data da Extinção").

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, em montantes de acordo com padrões de mercado, e outras despesas e custos incorridos em



virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.

5.2.1. As despesas a que se refere o item 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

(a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;

(b) extração de certidões;

(c) despesas de viagem, quando necessárias ao desempenho de suas funções, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles atribuídos pela Emissora aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagens; e,

(d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma dos itens 5.2. e 5.2.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas será efetuado imediatamente após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

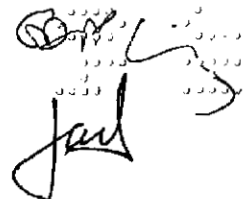
Cláusula VI AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui, como agente fiduciário da 2ª Emissão, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificada, que, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da legislação e regulamentação aplicável e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:

(a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão;

(b) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;



(c) sob as penas da lei, não estar impedido, nos termos do artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28/1983, para exercer a função que lhe é conferida;

(d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções;

(e) que é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;

(f) que está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(g) que os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(h) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(i) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições; e

(j) que foi verificada a regularidade da constituição da Garantia Adicional e a sua suficiência e exequibilidade, na forma prevista no inciso IX do Art. 12 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até o vencimento final das Debêntures da 2ª Emissão ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a seguinte remuneração, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão:

(a) parcelas trimestrais de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), devidas a primeira quando da assinatura desta Escritura de Emissão, sendo que essa primeira parcela trimestral será no valor de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), devido ao desconto da parcela única prevista na alínea (b) abaixo;

(b) parcela única de R\$3.000,00 (três mil reais), a título de implantação da operação, devida quando da aceitação da proposta do Agente Fiduciário, a ser paga 5 dias após a

análise e emissão dos comentários do Agente Fiduciário sobre a Escritura de Emissão, observado o disposto no item (a) acima;

(c) as parcelas referidas acima serão atualizadas pelo Índice Geral de Preço do Mercado - IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir de 01 de março de 2004 até as datas de pagamento de cada parcela;

(d) a remuneração prevista na alínea (a) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora, inclusive da garantia flutuante e da Garantia Adicional;

(e) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, conforme previsto na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura de Emissão, ressarcidas pela Emissora, observado o disposto no item 5.2.3 acima. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra eles intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

(f) a remuneração compreende a elaboração de um relatório anual, na forma estipulada na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983;

(g) não estão incluídas na remuneração as eventuais despesas relativas a viagens, estadias e publicações necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a fase de implantação do serviço. Essas despesas, se necessárias, deverão ser acordadas previamente com a Emissora;

(h) os impostos e contribuições incidentes, ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e IRRF (Imposto sobre a Renda Retido na Fonte) serão acrescidos à remuneração nas alíquotas vigentes na data dos pagamentos.

(i) a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento de seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma dos itens 5.2., 5.2.1. e 5.2.2. e 5.2.3. acima;

6.5. São deveres do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de que qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas e defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) cumprir todas as suas obrigações previstas no Contrato de Penhor e (i) verificar a regularidade da constituição, a suficiência e a exequibilidade da Garantia Adicional, bem como a manutenção de sua suficiência e o cumprimento das obrigações da Emissora e do Banco Mandatário previstas no Contrato de Penhor, inclusive (1) a extinção do Penhor Constituído em favor do Citibank, nos termos da alínea (o) do item 5.1 desta Escritura de Emissão, e (2) a manutenção do fluxo mínimo de recursos na conta vinculada aberta no Banco Mandatário; e (ii) verificar trimestralmente, o cumprimento, pela Emissora, do disposto na alínea (n) do item 4.13.1 acima;

- (k) examinar eventual proposta de substituição da Garantia Adicional, manifestando a sua expressa e justificada concordância ou discordância, quando for o caso;
- (l) convocar, quando necessário, Assembléia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos jornais indicados no item 4.19.1 desta Escritura de Emissão;
- (m) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (n) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- n.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- n.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
- n.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora, principalmente aqueles descritos na alínea (n) do item 4.13.1 acima;
- n.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- n.5) resgate, amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures, realizados no período;
- n.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da 2ª Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- n.7) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
- n.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- n.9) declaração sobre sua aptidão para continuar no exercício da função de Agente Fiduciário;
- (o) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- o.1) na sede da Emissora;

- o.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por esta indicado;
 - o.3) na CVM;
 - o.4) nas Bolsas de Valores, ou mercado de balcão organizado, quando for o caso; e,
 - o.5) nas dependências da instituição financeira que liderar a colocação das Debêntures, conforme por esta indicado;
 - (p) publicar, nos jornais indicados no item 4.19.1 desta Escritura de Emissão, anúncios comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (o) acima;
 - (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora e à Instituição Escrituradora;
 - (r) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, se for o caso;
 - (s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer; e,
 - (t) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso. Caso não seja possível notificar individualmente os Debenturistas, o Agente Fiduciário fará publicar a comunicação de que trata esta alínea (t) nos jornais e na forma indicada no item 4.19 desta Escritura de Emissão.
- 6.6. Observado o disposto no item 4.13 acima, no caso de inadimplemento da Emissora, o Agente Fiduciário usará toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses da comunhão dos Debenturistas, devendo, para tanto:
- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures nas hipóteses permitidas nesta Escritura de Emissão e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
 - (b) executar a garantia real, receber o produto da cobrança e aplicá-lo no pagamento, integral ou proporcional, do Debenturistas e requerer a falência da Emissora;
 - (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e,
 - d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, liquidação, dissolução e/ou extinção da Emissora.

GOV
Jul

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá de responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b), e (c) do item 6.6 acima, se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da totalidade das Debêntures em circulação. Na hipótese de que trata a alínea (d) do item 6.6 acima, será suficiente a deliberação por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação.

6.7. Na hipótese de ausência, impedimento temporário, renúncia, liquidação, dissolução, extinção ou qualquer outro caso de vacância na função de Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior a ora avençada para o Agente Fiduciário.

6.7.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário, por circunstâncias posteriores à 2ª Emissão, ficar impedido de continuar a exercer a função, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas e pedir sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela trimestral devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita a comunicação prévia à CVM e às normas aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, será objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser averbado na JUCERJA, onde será inscrita a presente Escritura de Emissão.

6.7.6. Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

6.7.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, este deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento da remuneração prevista no item 6.4. desta Escritura de Emissão até a data da efetiva substituição do Agente Fiduciário, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados.

Cláusula VII

ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, e pela CVM.

7.3. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembleia geral de acionistas.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto *quorum* qualificado em lei ou na presente Escritura de Emissão.

7.6. Qualquer modificação (a) nas condições das Debêntures e demais disposições da presente Escritura de Emissão, (b) no Contrato de Penhor; (c) bem como a aprovação das matérias listadas nas alíneas (e) e (m) do item 4.13.1, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação. Para (a) alteração deste item 7.6, (b) alteração da garantia flutuante e/ou substituição da Garantia Adicional e (c) alteração da Remuneração será necessária a aprovação de 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação.

7.7. Para efeito de cálculo dos 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, previsto no item 7.2 acima, bem como para aferição do *quorum* de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula VII e os itens 4.13.2 e 4.13.3 acima não serão computadas as Debêntures que sejam de titularidade de coligadas e controladas da Emissora, ou de seus controladores, diretores ou membros de seu Conselho de Administração e, para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

GOIP
Jard

4/11/2011

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais dos Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula VIII
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

8.1. A Emissora declara e garante aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

(a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras;

(b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(c) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(d) a celebração desta Escritura de Emissão, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento do qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (ii) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

(e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades;

(f) na sua melhor avaliação, a Emissora está cumprindo, em todos os aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos e que possam impactar de forma adversa tais negócios e ativos, exceto aqueles que estão sendo contestados pelos meios legais ou administrativos apropriados;

(g) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2001, de 31 de dezembro de 2002, de 31 de março de 2003, de 31 de dezembro de 2003 e 31 de março de 2004 representam corretamente a condição financeira da Emissora naquelas

datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil;

(h) o prospecto ("Prospecto") conterà, na data de início da distribuição das Debêntures: (i) todas as informações relevantes em relação à Emissora no contexto da 2ª Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram prestadas; (ii) as declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora são verdadeiras e corretas e não enganosas ou inverídicas; (iii) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base nas suposições razoáveis; (iv) não há fatos relativos à Emissora ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto cuja omissão, no contexto dessa 2ª Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto seja incorreta, enganosa ou inverídica; e, (v) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto em relação à Emissora sejam verdadeiros;

(i) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há nenhuma ação judicial, processo administrativo ou arbitral ou inquérito dos quais a Emissora tenha conhecimento, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira, ou em suas atividades; e,

(j) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

(k) a Emissão de Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão tem por finalidade captar os recursos necessários para pagamento das dívidas que a Emissora possui com (a) os seguintes coordenadores da 2ª Emissão, cujos valores em 31 de março de 2004 eram de aproximadamente: (i) Banco Bradesco S.A.: R\$77 milhões; (ii) Banco Citibank S.A.: R\$51 milhões; (iii) Banco Itaú BBA S.A.: R\$60 milhões; (iv) Banco ABN Amro Real S.A.: R\$29 milhões (equivalentes a US\$10 milhões, utilizando a taxa de câmbio de R\$2,9086 por dólar norte-americano); e (v) Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.: R\$10 milhões e (b) com o Citibank N.A., cujo valor em 31 de março de 2004 era de aproximadamente R\$24 milhões (equivalente a US\$8,3 milhões, utilizando a taxa de câmbio de R\$2,9086). O eventual saldo remanescente será utilizado para reforço de capital de giro.

Cláusula IX NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das Partes, nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:
 CERJ – Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro
 Praça Leoni Ramos, nº 1
 CEP: 24210-200
 Niterói - RJ
 Tel.: (21) 2613-7030
 Fax: (21) 2613-7122 ou 7199
 A/C Sr. Abel Alves Rochinha (Diretor Financeiro)

Para o Agente Fiduciário:
 Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
 Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205 – Condomínio Downtown
 CEP: 22630-100
 Rio de Janeiro - RJ
 Tel.: (21) 2493-7003
 Fax: (21) 2493-4746/4901
 A/C Sr. Juarez Dias Costa
 E-mail: agente@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário:
 Banco Citibank S.A.
 Avenida Paulista, nº 1111 – 7º andar
 CEP: 01311-200
 São Paulo - SP
 Tel.: (11) 5576-6501/ 5576-1983
 Fax: (11) 5576-1006
 A/C Srs. Jaime Moretto / William Caldeira

Para a Instituição Escrituradora:
 Banco Bradesco S.A.
 Cidade de Deus s/nº - Prédio Amarelo – 2º andar - Vila Yara
 CEP: 06029-900
 Osasco - SP
 Tel.: (11) 3684-3749
 Fax: (11) 3684-2714
 A/C Departamento de Ações e Custódia
 Gerência Comercial - Escrituração de Ativos

9.2. Os documentos e as comunicações serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações efetuadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo expedido pelo equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp with the text 'CERJ' and a signature that appears to be 'J. Costa'.

[Página de assinaturas do
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA
CERJ - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO RIO DE JANEIRO]

CERJ - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO RIO DE JANEIRO

Nome: José Inostroza Lopez
Cargo: Diretor Presidente

Nome: Luiz Carlos L. O. Bettencourt
Cargo: Gerente Financeiro

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: Gustavo Dezouart T. Pinto
Cargo: Procurador

TESTEMUNHAS:

1. Juliana Nascimento
Nome: Juliana Nascimento
RG: 3.108.447-1 RP

2. David Augusto de Azevedo
Nome: DAVID AUGUSTO DE AZEVEDO
RG: 08619693-6 RP

Cartório Roberto Vieira - 17º Ofício de Justiça
Matriz - Rua Alberto Vitor, 15 - Centro - Niterói - RJ

Reconheço por semelhança as 2 firmas abaixo:
**JOSE ALEJANDRO INOSTROZA LOPEZ e LUIZ CARLOS LAURENS
ORTINS DE BETTENCOURT**

Em testemunho da verdade:
Niterói, Segunda-feira, 5 de Julho de 2004

Alessandro Serpa Guerra
F. Substituto 0,0902
Conforme Lei 8.935/94 Art. 6º, III
Total: 0,1702

Notário: **SALVIO MARCIO PORTO ARCOVERDE**
Rua São José 20-A - RJ - Tel. 2544-6427

Reconheço por semelhança a(s) firma(s): #
GUSTAVO DEZOUART TEIXEIRA PINTO, #

Rio de Janeiro, 05 de Junho de 2004. Cont. por: as 12:34:35
1- Em testemunho da verdade

VICENTE MENDES REBEL - Substituto - VNA - 1
P/Firma 0,63 - P/Proc. 2,25 - FETJ 0,57 - Total R\$ 3,45

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: CERJ COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO RIO DE JANEIRO
Nº: 31.1006484-4
Protocolo: 00-2004/07622-2 - 08/07/2004
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 14/07/2004
NÚMERO E DATA ABAIXO

ED33000031-1/000
DATA: 14/07/2004

VICENTE MENDES REBEL
Substituto - VNA - 1